



CPETUR – COMPANHIA PAULISTA DE EVENTOS E TURISMO

CNPJ/MF nº 11.568.465/0001-60



Relatório da Administração da Companhia Paulista de Eventos e Turismo – CPETUR

No exercício de 2014, a CPETUR desenvolveu diversos Projetos e Programas de apoio ao Turismo, coordenados pelas Diretorias da Companhia. Dentre eles, destaca-se o programa Roda SP, da Diretoria de Desenvolvimento do Turismo incorporado à agenda turística do Estado de São Paulo desde 2013. Esta iniciativa de sucesso que contemplou mais de 74.500 usuários, nas 13 etapas realizadas no decorrer do ano. O projeto "Rotas de São Paulo" vem sendo atualizado e acompanhado continuamente pela Diretoria de Marketing, através do Convênio celebrado entre a CPETUR – Companhia Paulista de Eventos e Turismo e o Ministério do Turismo, que em 2010 apoiaram a criação e divulgação, em três idiomas, de material promocional do Estado de São Paulo relacionado a turismo. Este Convênio contemplou uma publicação com 160 mil exemplares encartados na edição nacional de dezembro/2010 da revista Viagem e Turismo; Um aplicativo para sistema IOS (m.saopauloguide.travel); um site (www.rotadesaopaulo.com.br) com mapa digital interativo e integração com as principais redes sociais. Seu conteúdo conta com o levantamento de dados de atrações, hotéis e restaurantes que o Guia Quatro Rodas avalia e classifica anonimamente há 45 anos. A manutenção do site www.rotadesaopaulo.com.br ocorre por meio de contratação de empresa especializada. Com o apoio operacional e executivo da Diretoria de Projetos Estratégicos e coordenado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Regional, o Comitê Paulista da Copa do Mundo FIFA 2014 TM, teve como atribuição principal a articulação entre os órgãos da Administração Pública Estadual e a adoção das ações necessárias para a plena realização da Copa do Mundo FIFA em São Paulo, Estado que se candidatou, em 2009, a ser uma das sedes dos jogos

do mundial de futebol. São Paulo recebeu, entre 12/06/2014 e 13/07/2014, seis jogos da Copa do Mundo. Durante mais de um mês a cidade viveu intensa movimentação de visitantes e imprensa, vindos de diferentes partes do país e do mundo. Dentre as ações necessárias para a realização da Copa do Mundo FIFA em São Paulo elencamos: O Guia "Roteiros Paulistas" foi desenvolvido para apresentar a diversidade de atrativos do Estado de São Paulo para os turistas da Copa. No Guia, existem 55 destinos, distribuídos pelos municípios localizados em até 300km da capital. O Projeto 4KM, desenvolvido com o objetivo de tornar-se a maior intervenção de graffiti a céu aberto da América Latina, coloriu com graffiti 4KM, representados em 10mil metros quadrados do muro entre as estações Patriarca e Corinthians-Itaquera do Metrô, incentivando a expressão artística na zona leste da cidade de São Paulo. Por fim, procurando alavancar recursos próprios, a Companhia assinou convênio da Diretoria Administrativa Financeira nº. 007/2014, com a Federação das Associações de Províncias do Japão no Brasil (KENREN) para apoio à captação de patrocínio ao 17º Festival do Japão 2014, ocorrido no Centro de Exposições Imigrantes (CEI), evento de significativa importância para a Comunidade Japonesa no país, incluído nos Calendários Oficiais de Eventos do Estado e do Município de São Paulo, maior evento deste tipo fora do território japonês, visando à captação de patrocínios para o evento, obtendo receita para Companhia. O Relatório da Administração não é parte integrante das Demonstrações Financeiras e deve ser lido em conjunto com as respectivas Notas Explicativas. Desta forma, a CPETUR anuncia seus resultados referentes ao exercício social findo em 31/12/2014. Os valores estão expressos em milhares de reais

– R\$, de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações. **1.1. Apresentação do Resultado:** Em 2014, a Companhia apresentou uma sobra de caixa de R\$175 (R\$13 mil disponibilidades bancárias e R\$162 mil de aplicações financeiras), sendo recursos próprios. Vale destacar que o resultado do exercício incorreu em prejuízo contábil no valor de R\$ 439 mil, conforme destacado na Demonstração do Resultado e nas Notas Explicativas. O Estado de São Paulo, controlador da Companhia destinou recursos liberados pelo orçamento a título de subvenção para investimentos no valor de R\$ 800 mil, tendo sido utilizado o montante de R\$ 342 mil em 2013 e R\$ 431 mil em 2014. O custeio da Companhia ocorre através de subvenção governamental, logo, o valor adiantado à título de futuro aumento de capital causam impacto direto no resultado do exercício. **1.2. Estrutura Organizacional:** A Companhia está estruturada em cinco Diretorias: Presidência; Desenvolvimento do Turismo; Marketing; Projetos Estratégicos; e, Administrativa e Financeira. Conta, também, com Gerências, Superintendência Jurídica, Chefia de Gabinete e Assessoria da Presidência. O quadro de cargos da Companhia totaliza cento e quatro, sendo: vinte e quatro cargos de livre provimento; e oitenta cargos permanentes, sem provimento. Em 2014 foram ocupados 21 cargos de livre provimento, e, não foi realizado concurso público para o preenchimento dos cargos permanentes. A Companhia possui, ainda, cinco Conselheiros de Administração, quatro Conselheiros Fiscais com quatro suplentes, e, cinco Diretores estatutários. **Comissão de Controles Internos:** A Companhia conta com uma Comissão de Controles Internos para implantação e desenvolvimento do programa de controles internos, a fim de assegurar transparência e monitoramento da gestão.

Balancos Patrimoniais dos exercícios findos em 31

Ativo	Notas	31/12/14	31/12/13
Ativo circulante		1.728	1.813
Caixa e equivalentes de caixa	4	571	621
Subvenção governamental a receber	5	1.142	1.170
Outros créditos		15	22
Ativo não circulante		142	128
Imobilizado	6	130	107
Intangível	7	12	21
Total do ativo		1.870	1.941

Passivo e Patrimônio Líquido

Passivo circulante	Notas	31/12/14	31/12/13
Fornecedores		121	140
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	8	1.011	1.030
Recursos de Projetos	9	396	431
Contas a pagar		10	-
Patrimônio Líquido		332	340
Capital Social	11.1	2.000	2.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.3	773	342
Prejuízos Acumulados		(2.441)	(2.002)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.870	1.941

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

	Notas	31/12/14	31/12/13
Subvenção governamental para custeio	12.a	11.945	9.250
Receita de serviços	12.b	-	812
Total das receitas		11.945	10.062
Despesas administrativas e gerais	13	(12.398)	(10.504)
Despesas tributárias		(3)	(7)
Outras receitas operacionais		3	90
Resultado antes do resultado financeiro		(453)	(359)
Resultado financeiro líquido		14	44
Prejuízo líquido do período		(439)	(315)
Nº de Ações		2.000.000	2.000.000
Prejuízo básico por ação		(0,22)	(0,16)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2012		2.000	-	(1.687)	313
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.4	-	342	342	
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(315)	(315)
Saldos em 31/12/2013		2.000	342	(2.002)	340
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.3	-	431	431	
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(439)	(439)
Saldos em 31/12/2014		2.000	773	(2.441)	332

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

Das Atividades Operacionais	Notas	31/12/14	31/12/13
Prejuízo líquido		(439)	(315)
Depreciação e amortização		26	21
Resultado ajustado		(413)	(294)
Variações nos Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes		(29)	501
Decréscimo/ (Acréscimo) em Ativos			
Subvenção governamental a receber		28	66
Outros créditos (Decréscimo)/ Acréscimo em Passivos		6	67
Fornecedores		(19)	24
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(19)	(73)
Contas a pagar		10	-
Recursos de Projetos		(35)	417
Caixa (aplicado nas)/Proveniente das Atividades Operacionais		(442)	207
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de Imobilizado		(39)	(67)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento		(39)	(67)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital		431	342
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento		431	342
(Redução)/Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		(50)	482
Caixa e Equivalentes de Caixa			
No Início do Exercício	4	621	139
No Final do Exercício	4	571	621
(Redução)/Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		(50)	482

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. Contexto operacional e informações gerais – A Companhia Paulista de Eventos e Turismo – CPETUR é uma sociedade por ação de capital fechado, dotada de personalidade jurídica de direito privado que tem como seu principal controlador o Estado de São Paulo, cuja constituição, em 12/01/2010, foi autorizada pela Lei Estadual nº 13.560, de 1º/07/2009. A CPETUR está vinculada à Secretaria de Turismo. As principais atividades da CPETUR referem-se à promoção e desenvolvimento de programas e ações relacionados ao desenvolvimento e incremento do setor turístico, a participação e divulgação de eventos de interesse do Estado, no Brasil e no Exterior, realização de estudos e pesquisas sobre fluxo turístico, o movimento e a permanência dos turistas do Estado de São Paulo. Turismo é consumo e, como tal, um grande gerador de negócios, que permite a exploração de receita própria. A partir da gestão de convênios e da administração de equipamentos e espaços de exposição, esta atividade possibilita a geração de receitas, empregos e tributos, dinamizando a economia urbana e ampliando a atuação da Empresa e do Governo do Estado de São Paulo, na divulgação e promoção do multidespota paulista, o que engloba todos os atrativos das estações e dos municípios do Estado.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's), devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **3. Principais práticas contábeis** – As principais práticas contábeis utilizadas para o reconhecimento contábil das operações e a elaboração das demonstrações financeiras são: **3.1. Apuração de resultado:** O Resultado do Exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser reconhecidas na apuração do resultado nos períodos que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou do pagamento. As receitas de subvenção governamental utilizadas para custeio da Companhia são reconhecidas no resultado proporcionalmente ao reconhecimento das despesas incorridas e levam em consideração o princípio contábil da competência, na medida em que seu valor puder ser mensurável de forma confiável. **3.2. Estimativas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registros nas demonstrações financeiras, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e temporariamente estas estimativas e suas premissas. **3.3. Moeda funcional:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

3.4. Ativo circulante: São demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do Balanço Patrimonial e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização. **3.5. Passivo circulante:** Foram registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do Balanço Patrimonial. **3.6. Caixa e equivalente de caixa:** São classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa, numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **3.7. Subvenção governamental a Receber:** De acordo com o Pronunciamento Técnico 07 – Subvenção e Assistência Governamentais do Comitê de Pronunciamentos Técnicos – CPC, e da Lei 15.265/2013, a Companhia reconhece as subvenções governamentais a receber que são representadas, por valores do custeio da Companhia que ainda não foram pagos e, portanto, também

não foram recebidos de seu mantenedor. **3.8. Imobilizado:** O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas usando método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. O imobilizado é submetido ao teste de recuperabilidade quando há indícios internos e externos de que pode estar desvalorizado. **3.9. Intangível:** As licenças de software são capitalizadas com base nos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de software são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **3.10. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registros e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitados em julgados. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em notas explicativas; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados, tampouco, divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre a probabilidade de êxito, de processos em que o Consórcio eventualmente tenha questionado a inconstitucionalidade de tributos. **3.11. Demonstrações do fluxo de caixa:** A demonstração do fluxo de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **4. Caixa e equivalente de caixa:** O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa está classificado como valor justo por meio do resultado. A aplicação financeira é representada por cotas de fundos de investimentos vinculadas aos convênios firmados. Conforme abaixo:

	31/12/14	31/12/13
Disponibilidades	13	-
Banco do Brasil Convênio EMBRATUR – (a)	396	431
Banco do Brasil Convênio Agrocentro – (b)	162	190
Total	571	621

(a) O saldo de R\$ 396 mil em 31/12/2014, refere-se ao convênio nº 778255/2012 celebrado entre o Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR e a Companhia com o objetivo de produzir material promocional para comunicação e divulgação de produtos, destinos e roteiros turísticos do Estado de São Paulo com recurso da verba descentralizada internacional 2012. A expectativa para a utilização dos recursos do convênio está prevista para a realização no exercício de 2015. (b) O saldo de R\$ 162 mil em 31/12/2014 correspondem aos convênios DAF nº 001/2013 e 007/2014 celebrados entre a Companhia e a Agrocentro Empreendimentos e Participações Ltda. e a Federação das Associações de Províncias do Japão no Brasil, com o objetivo gerir conjuntamente os eventos, relativamente à cooperação técnica e operacional. **5. Subvenção governamental a receber – Os saldos correspondem ao registro de subvenções de custeio a receber, para liquidação de passivos reconhecidos em 31 de dezembro, conforme composição demonstrada abaixo:**

	31/12/14	31/12/13
Fornecedores	121	140
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.011	1.030
Outros passivos	10	-
Total	1.142	1.170

6. Imobilizado – O Imobilizado da Companhia está representado da seguinte forma: Mapa de evolução do imobilizado em 2014

	Depreciação	31/12/13	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/14
Hardwares	25%	8	2	-	(1)	9
Móveis e utensílios	10%	69	37	(7)	(10)	89
Máquinas e equipamentos	10%	30	15	(8)	(5)	32
Total		107	54	(15)	(16)	130

7. Intangível – O Intangível da Companhia está representado da seguinte forma:

	Depreciação	31/12/13	Adições	Baixas	Amortização	31/12/14
Softwares	20%	21	-	-	(9)	12
Total		21	-	-	(9)	12

8. Obrigações trabalhistas e previdenciárias – Representa obrigações assumidas em decorrência do contrato de trabalho. A Companhia é autorizada pela Assembleia Geral de Constituição de 12/01/2010 a remunerar mensalmente seus Diretores e Conselheiros (administrativos e fiscais), assim como provisionar e pagar a gratificação anual e descanso remunerado, apoiados nos Pareceres CODEC e Assembleias ratificadoras. A Companhia possui reajustes salariais e benefícios provisionados pendentes para pagamento relativo a 11 meses, referentes aos dissídios dos anos de 2012 e 2013 (compreendem o período de atualização entre novembro de 2012 a novembro de 2013), conforme Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos APSE proc. nº 12091-424.462/2014, e o dissídio do ano de 2014 (compreendendo o período de atualização entre novembro de 2013 a novembro de 2014), que aguardam autorização governamental. A folha de referência utilizada para cálculo da provisão é a data base de novembro no ano do reajuste. O impacto do reajuste é resultado da multiplicação da folha de referência pelos meses a pagar desde a data base até dezembro, somado ao 13º salário dos anos envolvidos. Para o dissídio de 2012 foi aprovado o IPC-FIPE de 4,85 e para o dissídio de 2014 espera-se aplicar o Termo Aditivo a Convenção Coletiva de Trabalho – 2013/2015, Sindicato da Categoria Profissional dos Empregados e Trabalhadores em Empresas

de Turismo no Estado de São Paulo SETETUR. Fica sujeita aprovação do termo, podendo haver alteração. As obrigações trabalhistas e previdenciárias estão assim representadas:

	31/12/14	31/12/13
Provisão de férias a pagar	357	462
Encargos sociais e previdenciários a recolher	329	309
Provisão de dissídios a pagar	325	259
Total	1.011	1.030

9. Recursos de projetos – Representa recursos de terceiros no montante de R\$ 396 mil recebidos de convênio firmado entre a Companhia e a EMBRATUR, tomado à atualização financeira oriundo de rendimentos de aplicação vinculados ao projeto, sendo: (a) O Convênio 778255/2012 vinculado ao projeto que entre si celebraram o Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR e a Companhia com o objetivo de produzir material promocional para comunicação e divulgação de produtos, destinos e roteiros turísticos do Estado de São Paulo. **10. Contingências – Ações trabalhistas:** Em 31/12/2014 e 2013 a Companhia não possui demandas judiciais, bem como a administração não tem conhecimento de nenhum outro tipo de contingência da Companhia, proveniente de quaisquer outros riscos, sejam relevantes e que necessitem de provisão contábil. **11. Patrimônio líquido** – **11.1. Capital Social:** Em 31/12/2014 e 2013 o valor do capital social de R\$ 2.000.000,00, representado por 2.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito pelos acionistas presentes, tendo sido integralizado, em dinheiro, no montante correspondente do capital subscrito, de acordo com a exigência legal contida no inciso III, do artigo 80 da Lei federal nº 6.404/76., tendo o Estado de São Paulo como seu controlador com 1.980.000 ações ordinárias nominativas e a Companhia Paulista de Parcerias com 20.000 ações ordinárias, totalizando o Capital Social da Companhia. **11.2. Reserva legal:** A reserva legal será constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. **11.3. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital:** O Estado de São Paulo, controlador da Companhia destinou recursos liberados pelo orçamento a título de subvenção para investimentos no valor de R\$ 800, tendo sido utilizado o montante de R\$431 em 2014 e R\$342 em 2013. O custeio da Companhia ocorre através de subvenção governamental, logo, os valores adiantados a título de futuro aumento de capital, causam impacto direto no resultado do exercício pelos gastos realizados com os valores recebidos. **11.4. Dividendos:** O Conselho de Administração está autorizado a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; ou de (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observados as limitações legais. Caberá à Assembleia Geral, constituídas as reservas legais e as reservas estatutárias, se houver, deliberar sobre a destinação dos lucros, sendo, contudo, obrigatória à distribuição anual de dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), ressalvada a hipótese prevista no § 4º desse mesmo artigo. Não foi constituído provisão de dividendos, em função dos prejuízos acumulados nos períodos. **12. Receitas e despesas operacionais** – (a) **Subvenção governamental para custeio:** Para atender às necessidades operacionais da Companhia, foram registrados da conta única da Fazenda do Estado de São Paulo subvenções governamentais na ordem de R\$11.945 e R\$ 9.250 para liquidação das despesas dos anos de 2014 e 2013, respectivamente. Não houve incidência de...

continua ...

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

e COFINS sobre as Receitas de Subvenção Governamental para Custeio por ser isento conforme dispõe a MP 2158-35/2001, art. 14, I, § 1º. **(b) Receita de Serviços:** A Companhia obteve receita de serviços relacionados ao convênio com a Agrocentro no importe de R\$ 895 com incidência de PIS e COFINS no total de R\$ 83. **13. Despesas administrativas e gerais** – As Despesas administrativas e gerais são representadas pelas seguintes contas:

	31/12/14	31/12/13
Despesas salários e ordenados	(4.510)	(4.248)
Férias e encargos sociais	(2.363)	(2.260)
Despesas com eventos feiras e congressos	(972)	(838)
Despesas serviços prestados	(2.239)	(906)
Despesas com Viagens e Representações	(26)	(398)
Outras despesas gerais e administrativas	(2.288)	(1.854)
Total	(12.398)	(10.504)

14. Partes relacionadas – a) Controle: A Companhia tem como controladores o Estado de São Paulo e a Companhia Paulista de Parcerias, considerando-os parte relacionada por sua influência significativa sobre a Companhia. A Companhia tem como administradores-chave os Diretores e o Conselho de Administração, que deliberam colegiadamente responsabili-

dade por sua orientação superior, nomeados pelos Acionistas Controladores. **b) Remuneração dos Administradores e Conselheiros:** O Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CODEC) deliberou através do parecer nº 001/2007 o limite de remuneração da Diretoria e Conselhos das Sociedades Controladas pelo Estado, atualizado o valor da remuneração por meio do parecer CODEC 003/2013. O Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CODEC) estabeleceu, ainda, uma Gratificação Anual, pró-rata temporis no valor de um honorário mensal a ser pago no mês de Dezembro de cada ano. Os membros da Diretoria e do Conselho de Administração farão jus ao prêmio eventual conforme disposto no parecer CODEC nº 150/2005. Nenhum dos membros da Administração recebe qualquer benefício de curto ou de longo prazo ou remuneração baseada em ações. Em 2014 a Companhia remunerou seus administradores e conselheiros administrativos e fiscais no montante de R\$2.001 e R\$2.071 em 2013. **15. Gerenciamento de riscos e análise de sensibilidade** – Considerando o estágio atual de suas operações, a Administração entende que a Companhia está exposta a riscos de variação da taxa de juros e do mercado, tendo em vista que possui aplicações financeiras em fundo referenciado DI. Dessa forma, a redução das taxas de juros no mercado pode acarretar redução de suas

receitas financeiras. A Companhia não possui contratos de instrumentos financeiros derivativos, considerados relevantes por sua Administração.

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Eventos e Turismo – CPETUR, reunidos na sede da Companhia, situada à Rua Bandeira Paulista, 716, 7º andar, São Paulo/SP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, bem como o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31/12/2014 e 2013, bem como o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, elaborado pela RSM Auditores Independentes, de 31/01/2015, sem ressalvas, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. Com base nos exames efetuados, o Conselho Fiscal, por unanimidade, opinou que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da Empresa. São Paulo, 10/03/2015. **Membros:** Maria Helena Vilchez Martin; Marcelo Sacenco Asquino; Silvanio Aparecido Gois; José Mario de Faria.

Diretoria

Cláudio Valverde Santos – Diretor Presidente
Pedro D'Alessio – Diretor Administrativo Financeiro
Orlando José Vieira de Souza – Diretor de Marketing

Maurício Pinto Pereira Juvenal – Diretor de Desenvolvimento do Turismo

Conselho de Administração

Ana Bueno Farias – Conselheiro de Administração
Claudio Figo dos Santos – Conselheiro de Administração
Claudio Valverde Santos – Conselheiro de Administração
Elizabeth Antonio Pereira Correia – Conselheiro de Administração

Marco Antonio Castello Branco de Oliveira – Conselheiro de Administração

Conselho Fiscal

Marcelo Sacenco Asquino – Conselheiro Fiscal
Silvanio Aparecido Gois – Conselheiro Fiscal
Maria Helena Vilchez Martin – Conselheiro Fiscal
Jose Mario de Faria – Conselheiro Fiscal

Renato Vieira Pita – Contador CRC 1SP 215.876/O-8

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Conselheiros **Companhia Paulista de Eventos e Turismo – CPETUR** – São Paulo-SP. Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia Paulista de Eventos e Turismo – CPETUR** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial encerrado em 31/12/2014, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base em nossa

auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade

das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Opinião sem ressalva sobre as demonstrações financeiras:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Paulista de Eventos e Turismo – CPETUR**, em 31/12/2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



São Paulo, 31/01/2015.

A Member Firm of RSM International

RSM Fontes Auditores

Independentes – Sociedade Simples
 CRC 2SP 030.002/O-7

André José Valério
 Contador CRC 1SP 244.101/O-5